Direito Penal

XX CONCURSO – 15.05.94

1ª Questão:

Se, CAIO vendo SEMPRÔNIO subtrair o veículo de seu amigo TÍCIO, que estava estacionado à porta do edifício de seus escritórios, passa a persegui-los e, em manobra imperita, vem a colidir com um poste, ocasionando-lhe a morte.

a) Responderá também SEMPRÔNIO pela morte de seu perseguidor a título de homicídio culposo?

b) Se admitido o concurso de tipos penais, identifique-o.

O médico MÉLVIO se propõe a matar a sua paciente MARY MAY ministrando-lhe veneno em lugar de sedativo e acorda com sua enfermeira ROSE para que não lhe forneça um antídoto que teria evitado, se ministrado, a sua morte.

c) Indaga-se: Há ou não possibilidade do reconhecimento da co-autoria ou participação nos tipos omissivos?

2ª Questão:

No concurso de circunstância no processo de individualização da pena, diante do critério da equivalência e da preponderância, há possibilidade entre a circunstância menoridade (atenuante) e a de reincidência (agravante) de alguma delas prevalecer, ou uma exclui a outra?

Em caso de resposta afirmativa qual seria a excludente? Justifique objetivamente a resposta.

XXI CONCURSO – 21.08.94

1ª Questão:

Cite três distinções básicas entre o erro de tipo e o erro de proibição.

A questão da obediência hierárquica na hipótese do autor justificante se limita no campo do direito público ou inclui a relação de natureza doméstica ou religiosa?

2ª Questão:

Há exigência de unidade de desígnio ou dolo total para a caracterização do crime continuado?

XXII – CONCURSO – 06.11.94

1ª Questão:

Caio, desejando a morte de Tício, o induz a, durante a noite, por brincadeira, fazer crer que iria arrombar a porta da casa de Semprônio; ao mesmo tempo Caio cria em Semprônio uma situação de medo que o leva a armar-se, dizendo-lhe que um perigoso furtador está rondando a rua onde reside; como combinado, Tício dirige-se à casa de Semprônio e este, supondo achar-se na eminência de um ataque injusto do “perigoso furtador”, dispara sua arma e mata Tício.

Pergunta-se:

a) Qual a situação jurídico-penal do atuar de Semprônio?

b) Qual a situação jurídico-penal de Caio, que obrou de má-fé?

A resposta deverá ser completa e fundamentada.

2ª Questão:

Quais os pressupostos de inegibilidade² de outra conduta originários de uma situação reitora de autodeterminação?

3ª Questão:

Defina o crime militar.

A resposta deverá ser completa e fundamentada.

XXIII CONCURSO - 30.04.95

1ª Questão:

Qual a diferença, no plano da objetividade jurídica, entre o estelionato e a concorrência desleal ?

2ª Questão:

Considerando que as concausas não recebem o mesmo tratamento em relação às diferentes teorias sobre causalidade, especifique a divergência doutrinal na (a) teoria da equivalência das condições, (b) na teoria da causalidade adequada e (c) na teoria da causalidade típica.

3ª Questão:

No tipo de injusto de latrocínio com pluralidade de vítimas fatais, admite-se o concurso de tipos penais, o crime continuado ou há tão-só crime único?

As respostas deverão ser justificadas.

XXIV CONCURSO – 17.12.95

1ª Questão:

Nos tipos culposos, quando a atividade é dividida por várias pessoas, o princípio da confiança limita o dever objetivo de cuidado? Resposta com objetiva fundamentação.

2ª Questão:

Quando da avaliação do fundamento e fim da pena, objetivamente, quais são os momentos a se considerar? Resposta justificada sucintamente.

3ª Questão:

Existe a possibilidade do domínio do fato sem a presença do atuar doloso? A resposta deve ser objetivamente justificada.

XXV CONCURSO – 09.06.96

1ª Questão:

Há possibilidade de co-autoria ou participação em tipo omissivos? Resposta objetivamente justificada.

2ª Questão:

Qual a natureza jurídica da suspensão condicional da pena, diante da Reforma Penal brasileira de 1984? Aponte os respectivos efeitos.

3ª Questão:

Quais as circunstâncias jurídico-penais no caso de embriaguez crônica, já instalado o quadro de delirium tremens?

XXVI CONCURSO – 22.09.96

1ª Questão:

Caio, com o objetivo de causar a morte do cego Tício, coloca-o à frente de um barranco, convida-o para que caminhe. Porém, Tício, ao cair, fica preso a um galho saliente, resultando totalmente ileso.

Caio, em virtude do quadro factual, corre para salvá-lo, e nesta operação Tício sofre fratura do braço, ficando incapacitado para o trabalho por mais de trinta dias.

Pedido:

a) Questione e indique a adequação típica diante da hipótese fática.

2ª Questão:

Se o autor ataca o ventre de mulher grávida, acarretando-lhe:

a) a expulsão e a posteriori a morte do feto;

b) lesão corporal gravíssima e o feto sobrevive.

Pedido:

Estabeleça as possibilidades de adequação típica diante do leque de vertentes doutrinárias e indique a sua posição perante a controvérsia.

3ª Questão:

Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, sendo o autor do fato punível menor imputável e reincidente.

Pedido:

Qual será a preponderante e em que fase do cálculo deverá o juiz aplicá-la?

XXVII CONCURSO – 23.02.97

1ª Questão:

No injusto do tipo de extorsão mediante seqüestro, o momento consumativo ocorre com a restrição da liberdade do seqüestrado ou quando os seqüestradores obtêm o pagamento do resgate?

2ª Questão:

No injusto do tipo de segredo profissional é admissível o erro de proibição invencível?

3ª Questão:

Como é tratada a inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade no direito pálio?

Observação: Todas as respostas deverão ser devidamente fundamentadas.

XXVIII CONCURSO – 24.08.97

1ª Questão:

Qual a natureza jurídica do livramento condicional?

2ª Questão:

A reabilitação extingue os efeitos da reincidência?

3ª Questão:

Qual o objeto material da ação do injusto do tipo de emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant?

XXIX CONCURSO – 15.02.98

1ª Questão:

Cabe ou não o reconhecimento da detração penal nas seguintes hipóteses; a) do crime se posterior à sentença condenatória; b) do crime ser anterior, mesmo quando as penas se referem a fatos diversos e aplicados em processos distintos; c) em se tratando de prisão civil, em relação aos injustos dos tipos de abandono material e apropriação indébita? Justifique?

2ª Questão:

Qual a distinção entre participação por omissão em injusto comissivo e a convivência impunível? Justifique.

3ª Questão:

Se Tício viesse a realizar, em forma de tentativa, o fim querido e juridicamente reprovável, mas na trajetória operasse um ilícito da ação consumada, mas não-querido, aplicar-se-ia a regra do concurso ideal ou real de tipos penais coexistentes? Justifique?

XXX CONCURSO – 02.08.98

1ª Questão:

É admissível a responsabilidade penal das pessoas jurídicas?

2ª Questão:

O cumprimento do dever jurídico pode ser admitido como causa de justificação ou de atipicidade comportamental?

3ª Questão:

Para o reconhecimento da desistência voluntária é exigível um valor ético especial dos motivos que induzem o ato ou tão só situa-se o privilégio na insignificância da culpabilidade demonstrada na desistência?

XXXI CONCURSO – 30.05.99

1ª Questão:

Em que casos se torna possível a tentativa nos crimes qualificados pelo resultado? Justifique a resposta e dê exemplos.

2ª Questão:

É possível a co-autoria nos crimes omissivos próprios? E nos crimes culposos? Justifique a resposta.

3ª Questão:

Qual a relação existente entre dois ou mais crimes da mesma espécie que autoriza o reconhecimento da continuidade delitiva, relação essa de que são sinais exteriores as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes?

XXXII CONCURSO – 28.11.99

1ª Questão:

Pode ser considerada correta a afirmação de que não há crime sem resultado? Explique a resposta.

2ª Questão:

Como devem ser interpretadas as regras dos artigos 336 e seu parágrafo único e 337 do Código de Processo Penal tendo em vista as do Código Penal atinentes à extinção da punibilidade pela prescrição?

3ª Questão:

Qual o fundamento da não punibilidade do agente no caso de obediência hierárquica a ordem não manifestamente ilegal?

XXXIII CONCURSO – 06.08.00

1ª Questão:

Ao condenar o réu pela prática do crime definido no art. 157, parágrafo 2º, I e II do Código Penal e fixar as penas nos respectivos mínimos legais, pode o juiz estabelecer o regime fechado para o cumprimento da pena de reclusão?

2ª Questão:

Qual a resposta penal adequada em abstrato no caso de roubo praticando mediante grave ameaça exercida com arma de brinquedo de reconhecida capacidade intimidatória?

3ª Questão:

Quais as penas aplicáveis em abstrato no caso de se associarem duas pessoas para a prática de um único fato correspondente a um dos tipos definidos no artigo 12 da Lei nº 6.368, de 21.10.76?

XXXIV CONCURSO – 27.05.01

1ª Questão

Conceitue atipicidade conglobante e estabeleça a diferença com causa de justificação.

2ª Questão

O que é dolo direto de segundo grau? Exemplifique. Há diferença do dolo eventual? Justifique.

3ª Questão

Sinfrônio foi processado por estelionato continuado (venda de automóveis por preço inferior) em duas distintas ações penais, que correram em diversos juízos (distintas Varas Criminais da mesma Comarca). Em um dos processos foi absolvido, afirmando o juiz que o fato descrito na denúncia era de natureza civil, tendo a decisão transitado em julgado. No outro processo, decisão posterior o condenou pela venda de carros a pessoas diversas daquelas que figuravam como lesadas no primeiro processo, afirmando a existência de estelionato continuado. A primeira decisão transitou em julgado, embora isso só tenha ocorrido depois de proferida a sentença condenatória no segundo processo. Sinfrônio impetra Habeas Corpus no Tribunal objetivando o reconhecimento do efeito da coisa julgada do primeiro processo (o absolutório) sobre o segundo (o condenatório), argumentando com a unidade jurídica do crime continuado. Dê a solução para o caso.

XXXV CONCURSO – 17.02.02

1ª Questão

Caio e Tício são sócios de fato de uma companhia de investimentos internacionais, juntamente com outros sócios de menor participação. Desavindo-se estes dois sócios

principais, Tício propõe ação de dissolução de sociedade de fato, ação esta em andamento no foro desta Cidade. Caio, sponte sua, antes mesmo da resolução do processo cível, resolve transferir, de uma companhia de propriedade comum situada no Uruguai, a quantia de US\$ 2.000.000 (dois milhões de dólares) para a Suíça, em favor de uma sua conta particular e, para tal, passa um fax do seu escritório, aqui do Rio de Janeiro, determinando a transferência pela empresa uruguaia. Tício, ante a conduta unilateral de Caio, requer e o M.P. denuncia Caio pelo crime ocorrente, e requer ao Juiz de Direito competente por distribuição, que recebeu a denúncia ofertada pelo M.P., a apreensão e restituição do montante transferido. No entanto, o MM. Juiz de Direito processante nega a medida cautelar incidental requerida, sob o fundamento de não ser o competente para decidir a matéria, pois não teria jurisdição quer frente à sociedade uruguaia, quer quanto ao banco suíço. Indaga-se:

- a. de que crime se cuida?
- b. onde se consumou tal crime?
- c. qual o órgão jurisdicional competente para processar e julgar o incidente, e a ação principal?

2ª Questão

Entre as causas de justificação, onde se situa a violência esportiva? Justifique.

3ª Questão

Qual a natureza jurídica da sentença que concede o perdão judicial? Concilie sua resposta ante o disposto nos arts. 107, IX e 120 do CP e esclareça se da denegação cabe revisão criminal.

XXXVI CONCURSO – 01.09.02

1ª Questão

Caio, amante de Maria, mulher casada, resolve matar-se por não conseguir convencê-la a deixar seu marido e passa a incentivá-la a proceder da mesma forma. Maria, de início, resiste a tal idéia, mas sendo de seu conhecimento que Caio havia feito um substancioso seguro de vida em seu favor, sendo ela a única beneficiária, resolve simular sua aquiescência à idéia de seu próprio suicídio. Em momento de profunda depressão, Caio lança mão do “chumbinho”(veneno contra ratos), que havia sido adquirido por Maria para esta finalidade, e ingere a substância que lhe é ministrada diretamente por Maria, simulando esta em seguida agir da mesma forma. Caio vem a falecer alguns minutos após. Maria, à evidência, sobrevive.

Esclareça:

- a) Qual o crime ou crimes descritos, quais os seus elementos constitutivos e quais os meios de realização?
- b) Qual a sua objetividade jurídica, e classificações doutrinárias?

2ª Questão

Tício foi condenado a três anos de reclusão e a 50 dias-multa por infração ao art.12 da Lei 6368/76. Como Juiz, esclareça se pode ser estabelecido o regime inicial fechado para cumprimento da pena privativa de liberdade, possibilitando a progressão, e se, no mesmo caso, pode a pena reclusiva ser substituída por duas restritivas de direitos (confronte com a

Lei de Tortura – Lei nº9.455/97). Pode no mesmo caso ocorrer: a) remissão? b) comutação? c) indulto?

3ª Questão

Mévio, brasileiro, comete crime de homicídio triplamente qualificado na Itália e, lá, é preso, processado e condenado à prisão perpétua. Cumpridos seis anos da pena, consegue fugir e retornar ao Brasil. A Itália requer sua extradição e, por força deste pedido, é Mévio localizado e preso em Porciúncula, Rio de Janeiro. Novamente julgado e processado no Brasil, recebe a pena de 18 anos de reclusão. Esclareça:

- a) Qual o princípio que possibilitou este outro julgamento?
- b) Como será executada a nova pena aplicada?
- c) Quais os princípios jurídicos que fundamentaram as respostas?

XXXVII Concurso – 27.04.03

1ª Questão:

- I. Por que se afirma ser a norma penal, irrefragável?
- II. Que são, e dê exemplos de:
 - a. Condições de perseguibilidade, punibilidade, procedibilidade e prossegüibilidade.
 - b. Escusas absolutórias.
- III. Esclareça o que se entende por imputação objetiva.

2ª Questão

Justifique, de forma concisa, a ratio das vedações constantes do parágrafo 3º do art. 138 do C.P.

3ª Questão

Berenice, jovem de 19 anos, solteira, logo após o parto e desesperada porque sua filha nascera sem os braços, resolve abandona-la e, com o auxílio de sua amiga Leonora, a qual transportou mãe e filha em seu automóvel, deixa a criança em um “lixão” próximo a uma favela. A infeliz menina é encontrada morta, no dia seguinte, atacada que fora por ratos.

- I. Capítule o fato, mencionando eventuais qualificadoras, circunstâncias e causas gerais ou especiais de diminuição ou aumento de pena.

Esclareça qual a menor pena ou penas aplicáveis a cada uma das envolvidas (Berenice e Leonora), procedendo aos devidos cálculos dosimétricos, estabelecendo o regime prisional adequado.